

1 **Ata da reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde de Campinas realizada em**
2 **Vinte e Dezembro do Ano de Dois Mil e Dezesete.** Presentes os Conselheiros e as
3 Conselheiras Municipais de Saúde, além de Convidados e Convidadas, conforme lista de
4 presença em anexo, devidamente assinada e que faz parte desta Ata. Havendo quórum,
5 **Maria Haydée de Jesus Lima**, Presidenta do Conselho Municipal de Saúde, saúda os
6 presentes e inicia a reunião às dezenove horas, com os seguintes itens de pauta: **Pauta: 1)**
7 **Discussão e votação da Ata do Pleno de 22 de Novembro de 2017; 2) Apresentação do**
8 **Projeto de Autarquia Rede Mário Gatti; 3) Investigações do MP - Vitale; 4) Relato das**
9 **principais deliberações da Conferencia Municipal das Pessoas com Deficiências; 5)**
10 **Avaliação do “Abraço ao Hospital Prefeito Edivaldo Orsi – Complexo Hospitalar Ouro**
11 **Verde”;** 6) **Informes.** **Dra Maria Haydée de Jesus Lima** inicia a reunião com a votação da
12 ata **1) Discussão e votação da Ata do Pleno de 20 de Dezembro de 2017;** Em processo
13 de votação com **1(uma) Abstenção fica aprovada a ata.** Após a **Dra Haydée** fala sobre a
14 manifestação ocorrida no saguão do paço em Defesa da CPI da Vitale. **2) Apresentação do**
15 **Projeto de Autarquia Rede Mário Gatti;** apresentação do Presidente do Hospital
16 Municipal Dr. Mário Gatti **Dr. Marcos Pimenta**, fala do Projeto de Lei que, Dispõe sobre a
17 transformação da Autarquia Pública Municipal Hospital Municipal Dr. Mário Gatti em
18 Autarquia Pública Municipal Rede Municipal Dr. Mário Gatti de Urgência, Emergência e
19 Hospitalar, para atuar nas áreas de Urgência, Emergência e Hospitalar do Município de
20 Campinas. A Rede Mário Gatti tem como objetivos gerais: a) Prestar assistência médico-
21 ambulatorial e hospitalar, principalmente nas áreas de urgência e emergência, promovendo,
22 prevenindo, recuperando e reabilitando a saúde da comunidade de forma universalizada e
23 igualitária; b) Estimular, promover e servir como campo de ensino, treinamento, pesquisa e
24 extensão para a formação de profissionais das áreas da saúde e afins; c) Servir como
25 unidade de referência e de excelência dentro da assistência no Sistema Único de Saúde,
26 buscando constantemente a modernização e renovação de seus materiais, equipamentos e
27 estrutura funcional; d) Valorizar e promover a qualidade de vida do colaborador, contribuindo
28 para o seu aperfeiçoamento e desenvolvimento profissional, social e econômico; e)
29 Comprometer-se com o bem-estar das pessoas (pacientes, funcionários, acompanhantes,
30 médicos e serviços parceiros), valorizando o atendimento integral, individualizado e
31 humanizado; f) Permitir e incentivar o trabalho voluntário junto as áreas assistenciais e de
32 ensino, colaborando com o desenvolvimento da comunidade e preservação do meio
33 ambiente; g) Executar gestão em saúde e qualificar o processo de gestão, em função das
34 necessidades e da inserção na rede de saúde do Sistema Único de Saúde. **Dra. Haydée** faz
35 Considerações e questionamentos em relação ao Projeto (anexados a essa ata), feitos pela

36 Secretaria Executiva e Conselho Fiscal, incluindo opiniões de diversos atores com
37 experiência de gestão e alto compromisso com o SUS. 1) O Projeto que recebemos é
38 provavelmente uma versão preliminar. Apesar de ter sido anunciado na imprensa e em ato
39 solene no Salão Azul da Prefeitura que o PL estaria indo para Câmara imediatamente, em
40 30/11, dia das buscas e prisões do MP, isso ainda não ocorreu e a Câmara entrou em
41 recesso. 2) Devemos, portanto, ouvir com o máximo interesse a exposição do Diretor do
42 Mário Gatti no pleno para termos mais informações e esclarecimento, inclusive sobre
43 modificações que tenham sido feitas nessa versão preliminar. Claramente não teremos
44 condições de deliberar sobre matéria tão complexa no dia 20. 3) O Projeto ao criar uma
45 AUTARQUIA, reforça o regime jurídico de direito público. Isso surpreende um pouco, pois a
46 tendência da gestão municipal vinha sendo a de privatizar a gestão através de OS (vide a
47 Lei aprovada na Câmara e as privatizações em todas as áreas). 4) O PL não estabelece
48 claramente a relação da Autarquia com a Secretaria de Saúde. Só diz que será vinculada a
49 ela. Mas não estabelece se a Autarquia se submeterá ao Plano Municipal de Saúde e não
50 se refere a compromissos claros de integração com a rede básica. O papel dos Distritos na
51 gestão fica irremediavelmente reduzido. Serão distritos apenas da Atenção Básica. 5) Será
52 que teremos duas “Secretarias” a da Rede Básica com seus parques recursos e a poderosa
53 rede Hospitalar e da urgência com o grosso dos recursos? 6) O PL também deixa uma
54 lacuna no que diz respeito às áreas das especialidades que são importantes tanto no Ouro
55 Verde como no Mário Gatti. Sendo que a integração dessas áreas com a rede básica é
56 crucial para construção da rede integrada e para enfrentamento de graves problemas pelos
57 quais passa a população atualmente. Tudo de bom que já ocorreu nas Especialidades vem
58 da gestão conjunta com a Rede Básica: matriciamento, protocolos técnicos, gestão das filas,
59 etc. 7) No modelo de gestão da Autarquia não há menção à criação de nenhuma instância
60 de participação dos trabalhadores e também não há referência a como se constituirão as
61 instâncias do Controle Social, contrariando os princípios doutrinários do SUS. 8) No Art. 2º
62 Parágrafo Único abre espaço para parcerias com “entidades públicas e privadas” deixando
63 um espaço aberto para terceirizações e fragmentação da rede incluída no projeto. 9) No Art.
64 5º fala que todos os recursos da Rede Mario Gatti serão compartilhados entre os serviços
65 que a comporão, incluindo RH. Mas o HMMG atualmente não possui quadro de pessoal
66 específico. Não fica claro como será a criação deste quadro para a Autarquia. Não há
67 também previsão do quadro necessário para toda a rede incluindo agora os PAs (melhor
68 seria dizer UPAS, para falar a linguagem do SUS) e para o Ouro Verde. Só neste hospital
69 seriam necessários 1800 cargos. Não há dimensionamento de pessoal para um projeto em
70 que essa questão é talvez a mais relevante de todas. 10) No Art. 11 fala que a “Rede Mário

71 Gatti terá quadro próprio constituído por servidores” mas o Art. 12 prevê explicitamente a
72 terceirização de pessoal – campo aberto para o “fatiamento”. Com as indefinições apontadas
73 acima de dimensionamento claro fica-se sem entender como será composta a força de
74 trabalho. 11) A unificação patrimonial também não está detalhada. O PL só diz que o
75 patrimônio será compartilhado por toda a rede. 12) No Art. 39 Inciso V, quando fala da
76 dotação orçamentária que contará com os seguintes recursos: “ rendas decorrentes de
77 prestação de serviços mediante remuneração não vinculados aos serviços públicos de
78 saúde gratuitos à população”. Que rendas seriam essas? Pretende-se vender serviços do
79 SUS para a rede privada? Abertas as falas Inscricões: **Dr. Pedro Paulo** apresenta proposta
80 de abertura de um debate sobre condições de trabalho dos trabalhadores do HMMG. **Dra.**
81 **Haydée** pondera que o tema não esta na pauta e coloca em votação para que o Pleno se
82 manifeste sobre a matéria. A proposta de inserção desse tema na pauta foi rejeitada por
83 ampla maioria. **Sra. Sara** fala dos problemas que o HMMG enfrenta com excesso de
84 demanda e elogia a dedicação e o compromisso dos trabalhadores do hospital. **Dr.**
85 **Casimiro** aponta que o linguajar do projeto é empresarial num espaço de controle social
86 nada apropriado. E diz que o projeto não se integra as Diretrizes do SUS e não aborda de
87 maneira satisfatória a política de recursos humanos. **Sr. João da Lagoa** faz um breve relato
88 histórico sobre a criação do Hospital Ouro Verde desde a época de Jacó Bittar passando
89 pelo, Dr. Hélio onde o secretário de saúde era o Dr. Francisco Kerr Saraiva que o inaugurou.
90 Com uma construção de 25 mil metros quadrados e 240 leitos na época, fora dito que não
91 teríamos problema com o financiamento. Passados 10 anos foi entregue a uma OS SPDM.
92 Parabeniza o Dr. Pimenta pelo projeto, como também critica a gestão compartilhada,
93 responsável por todo caos hoje gerado no hospital, também se preocupa com os
94 trabalhadores e solicita que sejam preservados os seus postos de trabalho. **Sr. Celestino,**
95 **Sr. Lúcio, Sra. Nayara, Sr. Trombetta, Sr. Vitor, Sra. Bia e** questionam também o Projeto
96 enfatizando pontos específicos dos questionamentos feitos pela Secretaria Executiva. **Dra.**
97 **Ana Elisa**, questiona ao Dr. Pimenta, sobre o projeto Rede Mário Gatti, em relação a
98 Faculdade de Medicina São Leopoldo Mandic? Ela ocupará todos os lugares desta rede
99 como campo de estágio? Como se dará a contrapartida desta faculdade privada, cuja
100 mensalidade atual é de R\$ 13.000,00, ao SUS/Município? Dr. José Augusto médico do
101 Hospital Ouro Verde. **Dr. José Augusto** médico do Hospital Ouro Verde diz que o Hospital
102 Ouro Verde já teve um modelo de gestão considerado de excelência por ter equipes
103 horizontais e uma relação de grande integração com a toda a rede pública. Agora está
104 ameaçado. O projeto apresentado não resolve os problemas, não preenche o vazio de
105 propostas e não equaciona o futuro. As tarefas urgentes são: 1º Re-formatar a intervenção

106 para sustentar a operação do hospital no período imediato de três meses. 2º Desencadear
107 ações efetivas para municipalizar a gestão e a operação do hospital. Em 2013 foi formada
108 uma Comissão para elaborar proposta de modelo de gestão para o hospital. A conclusão foi
109 que o melhor modelo era a Fundação Estatal de direito privado, para sair dos limites da Lei
110 de Responsabilidade Fiscal. Esse modelo teria uma proposta para o futuro dos atuais
111 trabalhadores via CLT e acordo com o Ministério Público do Trabalho. Essa proposta precisa
112 ser desengavetada. **Resposta do Dr. Pimenta, a Dra. Ana Elisa**, ele diz que haverá
113 entrada de recursos financeiros e também contra partidas. **Devido ao problema técnico de**
114 **gravação, os restantes das respostas ficaram inaudíveis. Dra. Haydée** elenca as
115 propostas feitas durante o debate. 1. Agendar um debate específico com convidados
116 externos; 2. Aprovar alguns pré-requisitos para aprovação do projeto; 3. Criar uma comissão
117 do conselho mais membros do Conselho do Mário Gatti, com convidados para assessoria
118 técnica, para acompanhar as modificações que queremos no projeto; 4. Debater com
119 Vereadores que defendam SUS 100% público para ganhar espaço quando o projeto for para
120 a Câmara; 5. Pedir avaliação da legalidade do projeto para IDISA e MP. Colocadas em
121 votação as propostas são aprovadas por ampla maioria. **3) Investigações do MP – Vitale.**
122 **Sr. Agenor** apresenta questões levantadas pelo Conselho Fiscal sobre a Vitale: 1- Por que
123 a Administração Municipal permitiu que a SPDM deixasse pendências/dividas com seus
124 trabalhadores quando encerrou o contrato com a Prefeitura? Que medidas tomaram
125 concretamente? 2- Quando a Vitale assinou o contrato de gestão com a administração já
126 tinha conhecimento destas dividas trabalhistas? Qual foi o papel da secretaria em relação ao
127 acompanhamento da transição? 3- Os responsáveis técnicos pelo acompanhamento do
128 contrato de gestão com a Vitale questionaram, nas prestações de contas da Vitale, o
129 montante de R\$ 250.000,00 destinados aos serviços administrativos da empresa?
130 Questionaram o destino apontado como gastos com “consultorias”? 4- Por que o Diretor
131 Administrativo, exonerado, era interlocutor da empresa Vitale se esta não era atribuição do
132 DA?(como demonstram as escutas tornadas publicas pelo GAECO). 5- Por que o Diretor
133 Administrativo foi trazido para Campinas e contratado pela Prefeitura se era Alvo de
134 investigações na PMC de Osasco onde trabalhava anteriormente? Quem foi o responsável
135 pela sua contratação? 6- Quem foram os responsáveis pela licitação que foi ganha pela
136 Vitale? 7- Qual é a proposta da PMC para trabalhadores do Hospital Ouro Verde
137 contratados pela Vitale, com a saída da empresa e rescisão do contrato de gestão?
138 **Proposta de Moção em favor da CPI da Vitale – Organização Vitale Saúde do CMS.**
139 Colocada em votação a proposta é aprovada por ampla maioria. Abertas as falas **Dr. Marcio**
140 médico da Vitale representante da comissão da saúde a favor da CPI da Vitale, diz que a

141 situação esta caótica no hospital com cirurgias atrasadas. Relata que se sente ameaçado
142 pela administração por ter feito as denúncias. **Sr. Paulo** diretor do SINSAÚDE denuncia o
143 atraso de pagamento de salários como também do 13º salário. E das rescisões que estão
144 atrasadas o pagamento há mais de sete meses. E finaliza solicitando a preservação dos
145 trabalhadores nos seus locais de trabalho. Em processo de votação foi **Aprovada a Moção**,
146 sem votos contrários. **Sr. Cecílio** apresenta **Moção de Repúdio sobre a situação do**
147 **Complexo Hospitalar Ouro Verde, em apoio a Comissão de Investigação da Câmara**
148 **Municipal e pela aplicação correta das verbas da Saúde** e já aprovada pelo Conselho
149 Distrital do Distrito de Saúde Noroeste. **4) Relato das principais deliberações da**
150 **Conferencia Municipal das Pessoas com Deficiências; 5) Avaliação do “Abraço ao**
151 **Hospital Prefeito Edivaldo Orsi – Complexo Hospitalar Ouro Verde”;** pelo avançado da
152 hora não foram discutidos esses dois pontos de pauta. Nada mais havendo a tratar, encerra-
153 se a reunião às vinte e uma horas e trinta minutos. Eu, Maria Ivonilde Lúcio Vitorino, lavro a
154 presente ata que, após lida, discutida, e aprovada, será assinada por membros do Conselho
155 Municipal de Saúde de Campinas.